

EDSON CHAGAS



**INSATISFEITO.** O aposentado Jair Fadini paga a taxa há 43 anos, mas não concorda com a cobrança

19082  
**Proposta.** Senado estuda fim do laudêmio

# Bento Ferreira: ação pede fim da taxa de marinha

A associação de moradores pediu ajuda do MPF para que os donos de imóveis não paguem mais o valor

**GERALDO NASCIMENTO**  
gnascimento@redegazeta.com.br

■ A Associação de Moradores de Bento Ferreira (AMBEF) pediu ao Ministério Público Federal (MPF) que pro-

ponha ação contra a União para que os moradores do bairro não paguem taxa de marinha. A associação argumenta que os moradores têm escrituras definitivas do imóvel, sem restrições vinculadas à União, e também considera que eles estão contemplados por uma emenda constitucional, de 2005, que retira a propriedade de ilhas costeiras da União, o que incluiria Vitória. O MPF-ES está analisando o pedido.

O presidente da AMBEF, Evandro Cruz, ressalta que a cobrança, realizada pela Secretaria de Patrimônio da União, não deveria ser realizada e que muitos moradores já questionaram o assunto na Superintendência de Patrimônio da União no Espírito Santo, mas tiveram recursos negados ou não tiveram respostas sobre o resultado.

O aposentado Jair Fadini é morador de Bento Ferreira e disse que paga a taxa de marinha desde 1967, mas não concorda com a cobrança. "No caso do IPTU nós pagamos e existe algum retorno em serviços, mas, no caso da taxa de marinha, não sabemos o que é feito com o recurso. Sabemos que vai para a União e só. No meu caso, pago quase o dobro do valor do IPTU com a taxa de marinha, o que é um absurdo".

**DISCUSSÃO DE PROPOSTA**

## DISCUSSÃO DE PROPOSTA

O Senado deve começar a discutir nos próximos dias uma proposta da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) de por fim ao laudêmio sobre as benfeitorias realizadas em terreno de marinha, além de outras mudanças relativas a multas e perdão de dívidas. Laudêmio é um percentual devido à União quando há transações de imóveis em terreno de marinha.

A GAZETA procurou pela Superintendência de Patrimônio da União no Espírito Santo, que se comprometeu a responder aos questionamentos sobre a taxa de marinha hoje.

---

### Fique por dentro

▪ **TAXA DE MARINHA.** Valor pago anualmente à União por imóveis que estejam em áreas consideradas terrenos de marinha

▪ **TERRENOS DE MARINHA.** Com base na média de marés altas e baixas, foi traçada uma linha imaginária que corta a costa brasileira. Em direção ao continente, todo terreno que estiver a 33 metros da linha será considerado da União

▪ **TIPO DE USO DA ÁREA.** Há os ocupantes e os foreiros. No regime de ocupação, o terreno é de propriedade da União, como um todo, que ainda pode reivindicar o direito de uso quando quiser. No regime de aforamento, o morador do imóvel passa a ter o domínio sobre o terreno e a área fica repartida entre ele a União

▪ **PROJETOS.** No Congresso há diversos projetos com propostas de mudanças, e até do fim da taxa. Um dos projetos prevê alteração da linha imaginária que define a partir de que ponto começam a ser contados os 33 metros que determinam o terreno de marinha

▪ **LINHA.** A linha que define o terreno de marinha foi traçada em 1831 e levava em consideração a média da maré alta no Brasil naquele ano, e precisa de atualização